



Anais da Assembléia

Nº 13

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE MARÇO DE 1989.

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 11.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 1.989
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado José Afonso Júnior, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Aníbal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos e Vera Agibert (44). Achan-do-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ferrari Júnior, José Felinto, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Paulino José Delazeri, Quielse Crisóstomo e Valderi Mendes Vilela (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida e aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, tendo em vista que já é visível o número para a continuidade, eu requeiro o declínio da minha verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Desta maneira, está Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO N. 031/89

Curitiba, 27 de março de 1989.
Senhor Presidente.

Com os meus respeitosos cumprimentos e, na qualidade de Líder da Bancada do Partido da Frente Liberal, cumpro-me comunicar a Vossa Excelência os Senhores Deputados para comporem as Comissões Permanentes desta Casa:

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Titular: ANTÔNIO COSTENARO NETO
Suplente: BASÍLIO ZANUSSO

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Titular: DAVID CHERIEGATE
Suplente: JOÃO BATISTA ARRUDA

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular: JOÃO BATISTA ARRUDA
Suplente: ANTÔNIO COSTENARO NETO

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular: DAVID CHERIEGATE
Suplente: BASÍLIO ZANUSSO

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Titular: BASÍLIO ZANUSSO
Suplente: JOÃO BATISTA ARRUDA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Titular: BASÍLIO ZANUSSO
Suplente: JOÃO BATISTA ARRUDA

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titular: LEONIDAS CHAVES
Suplente: DAVID CHERIEGATE

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

Titular: DAVID CHERIEGATE
Suplente: LEONIDAS CHAVES

COMISSÃO DE TURISMO

Titular: DAVID CHERIEGATE
Suplente: JOÃO BATISTA ARRUDA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Titular: JOÃO BATISTA ARRUDA
Suplente: LEONIDAS CHAVES

COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA À CONSTITUIÇÃO

Titular: BASÍLIO ZANUSSO
Suplente: DAVID CHERIEGATE

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular: ANTONIO COSTENARO NETO
Suplente: DAVID CHERIEGATE

COMISSÃO DE ECOLOGIA E
MEIO AMBIENTE

Titular: JOÃO BATISTA ARRUDA
Suplente: ANTONIO COSTENARO NETO

COMISSÃO DE DEFESA
AO CONSUMIDOR

Titular: LEONIDAS CHAVES
Suplente: DAVID CHERIEGATE

COMISSÃO DE SEGURANÇA

Titular: ANTONIO COSTENARO NETO
Suplente: LEONIDAS CHAVES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares: ANTONIO COSTENARO NETO,
JOÃO BATISTA ARRUDA
Suplentes: BASÍLIO ZANUSSO,
DAVID CHERIEGATE

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular: LEONIDAS CHAVES
Suplente: ANTONIO COSTENARO NETO

COMISSÃO DE SAÚDE

Titular: ANTONIO COSTENARO NETO
Suplente: BASÍLIO ZANUSSO

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

Titular: BASÍLIO ZANUSSO
Suplente: ANTONIO COSTENARO NETO

COMISSÃO DE REIVINDICAÇÕES POPULARES

Titular: JOÃO BATISTA ARRUDA
Suplente: LEONIDAS CHAVES

COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER

Titular: LEONIDAS CHAVES
Suplente: BASÍLIO ZANUSSO

Limitado ao exposto, renovo na oportunidade, protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente
(a) ANTONIO COSTENARO NETO
Líder do PFL

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 312

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 059/89 oriundo de Mensagem Governamental n. 35/89.

Sala das Sessões em, 28.03.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO N° 319

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 058/89, oriundo da Mensagem Governamental n. 34/89.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3. discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 307

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 126, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a anexação do Projeto de Lei n. 276/88, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, ao Projeto de Lei n. 31/88, de sua autoria, ambos constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, face a similitude de matérias abordadas.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 306

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Ritta de Oliveira, ocorrido no dia 25 de março do corrente ano, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua Francisco Torres, n. 440 - Ap. 03.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No dia 25 de março de 1989, faleceu a Senhora Maria Ritta de Oliveira, viúva, deixando duas filhas, Lurdes de Oliveira Feijó e Mary de Oliveira Leon Tetit, ex-funcionária desta Casa de Leis.

O passamento da Senhora Maria Ritta de Oliveira, veio abrir enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizade que possuía; e hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família amiga, voto de profundo pesar, rogando à Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 314

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, ocorrido no dia 15 de março de 1989, em São Paulo - SP.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada na Cidade de São Paulo - Capital à Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, 777 - Bairro da Lapa.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O falecimento ocorrido no último dia

15 de março de 1989, em São Paulo-Capital, do Industrial Atílio Francisco Xavier Fontana que deixa uma lacuna irreparável no país, fundador e Presidente do Grupo Sadia, descendente de imigrantes italianos, nascido em 10 de agosto de 1900, gaúcho de Santa Maria. Ainda jovem deslocou-se para o Estado de Santa Catarina dedicando-se ao Comércio e à Indústria na Cidade de Concórdia. Em 1944 veio fundar a Sadia, grupo empresarial o qual nos orgulhamos em ter no Município de Dois Vizinhos, onde o empresário visitou em 1978, e decidiu instalar uma das suas 23 empresas; Município este que representamos neste Parlamento Paranaense, na qualidade de Deputado Estadual.

Sua trajetória comercial, industrial e política desfrutava do respeito e da admiração daquela região (Sudoeste do Estado do Paraná). Atílio Francisco Xavier Fontana, liderou o Grupo Empresarial Sadia por mais de quatro décadas, implantou sua simples filosofia de negócios baseada na união do homem-terra e técnica. O empresário transformou o grupo Sadia ao longo do tempo no maior complexo agroindustrial da América Latina, tornando sua empresa e seus produtos por ela fabricados conhecidos mundialmente, destacando-se como líder no mercado e grande exportador de alimentos. Atílio Francisco Xavier Fontana foi também pioneiro em implantar na década de 50 no Brasil, o fomento agropecuário, sistema que viabilizou a avicultura e a suinocultura brasileira em escala industrial que é praticado até hoje pelas indústrias do ramo. Autodidata e líder nato além de destaque no mundo empresarial, Atílio Francisco Xavier Fontana, destacou-se na política tendo sido Vereador, Prefeito, Deputado, Secretário de Agricultura, Senador da República e Vice-Governador. Com o seu desaparecimento, aos 88 anos sua coragem e o seu desprendimento ficarão marcados na história industrial e política da nação brasileira.

REQUERIMENTO N° 320

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento prematuro de FRANCISCO CLARET DE REZENDE, ocorrido em Londrina, em 27 de março último.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoiamto: Werner Wanderer, João Arruda, Antônio Costenaro Neto,

JUSTIFICATIVA:

O jornalismo do Paraná perdeu ontem, prematuramente, um dos seus maiores fotó-

grafos com o desaparecimento de Francisco Claret de Rezende, vítima, segundo indica o óbito, de "parada cardíaca-respiratória por doença de Chagas" Chico Rezende, como era conhecido, tinha 39 anos, nasceu em Pouso Alegre- MG, porém chegou em Londrina aos cinco anos, cidade que adotou.

Foi fotógrafo da "Folha de Londrina". Publicou trabalhou em jornais como "O Estado de São Paulo" e "O Globo", bem como em revista de grande circulação no Brasil e no exterior. Realizou diversas exposições individuais e produziu 4 curtas-metragens para televisão. Premiado em vários concursos fotográficos, teve, inclusive, foto exposta no Museu de Arte Moderna em Paris. Apesar de dedicado a diversos temas, Chico Rezende atingiu um reconhecimento nacional, através dos critérios de arte e de seus próprios colegas, fotografando o nu artístico.

Não fosse sua importância no cenário do jornalismo e da fotografia, Chico Rezende merece a atenção desta Casa pelo seu comportamento como ser humano. Homem bom e sério. Amigo. Perde o Paraná, muito cedo, um mineiro que a esta terra adotou, para mostrar toda sua competência.

Chico Rezende, era irmão do servidor desta Assembléia, Doutor Antonio Claret de Rezende, a quem transmitimos os nossos mais sinceros sentimentos.

REQUERIMENTO N° 326

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação na Ata desta sessão de voto de profundo pesar pelo falecimento do emérito professor douto João de Souza Ferreira, ocorrido no último dia 21 do corrente.

O desaparecimento do renomado Jurista consternou os meios jurídicos e educacionais, notadamente da Faculdade de Direito de Curitiba, que teve nele um dos seus idealizadores.

Requer, ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada e à direção da Faculdade de Direito de Curitiba.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO N° 310

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações ao Município de Reserva, pela passagem no último dia 26, dos 67 anos de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Senhor Pre-

feito Municipal, Vice-Prefeito e todos os Vereadores daquele Município como expressão do Poder Legislativo Paranaense, e regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 315

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembléia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de Votos de Luto e Congratulações, pela nomeação do Magistrado e Professor paranaense, DOUTOR MILTON LUIZ PEREIRA, para o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos. A nomeação, ocorrida no último dia 22, pelo Senhor Presidente da República, foi para o Tribunal Regional Federal que será instalado no próximo dia 30, em São Paulo.

O Doutor Milton Luiz Pereira, pelo exemplo de vida que nos tem oferecido, quer como magistrado federal, quer como professor de Direito Penal, quer como cidadão, onde a dignidade, a probidade, o altruísmo e a dedicação à causa pública, têm sido marcas indissociáveis de sua personalidade. Como ressalta a imprensa do Paraná, "a nomeação do magistrado repercutiu nos meios jurídicos e na comunidade paranaense. A dedicação de Milton Luiz Pereira à judicatura e também ao ensino do direito já alcançou e ultrapassou as fronteiras do estado. O jurista já integrou por duas vezes as listas triplíceis de merecimento ao cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos. Todas as expectativas são de que, sem a menor dúvida, como presidente do novo colegiado, ele estará prestando, mais uma vez, relevantes serviços ao judiciário brasileiro".

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma se dê conhecimento ao Ministro Milton Luiz Pereira- Tribunal de Recursos Federal - rua Líbero Badaró, 39 - São Paulo, ao Senhor Ministro Presidente do Tribunal Federal de Recursos, em Brasília e ao Senhor Diretor do Fórum da Justiça Federal do Paraná- nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 308

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na condição de membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar denúncias sobre a corrupção no esporte do Paraná, Requer, pelo presente, as providências necessárias, por parte da Presidência da Comissão, para o encaminhamento legal dos seguintes:

PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

1. Pedido de Informação a ser dirigido ao Banco do Estado do Paraná- BANESTADO, com base nas informações contidas no processo e que exijam melhores esclarecimentos:

a) O BANESTADO autorizou e liberou empréstimo para a Federação Paranaense de Futebol, para atender a construção do Estádio do Pinheirão?

b) Se positiva a resposta ao item anterior, pergunta-se:

1. Em que época houve a transação?

2. Qual o montante do empréstimo?

3. Quais as garantias oferecidas pela Federação?

4. Qual a forma de amortização?

5. Qual o prazo para amortização?

6. Quais os compromissos já saldados e quais os ainda pendentes?

7. Se existem compromissos pendentes, em que situação se encontram?

c) Se não houve empréstimo, houve alguma outra forma em que a Federação foi beneficiada, envolvendo o Estádio do Pinheirão?

2. Pedido de Informação a ser dirigido à Federação Paranaense de Futebol, visando a elucidar pontos obscuros existentes no processo:

a. A Federação efetuou algum empréstimo a favor da construção do Estádio do Pinheirão?

b. Se positiva a resposta ao item anterior, pergunta-se:

1. Através de qual estabelecimento bancário?

2. Qual o montante do empréstimo?

3. Sob quais encargos foram assumidos tais compromissos?

4. Houve o oferecimento de alguma forma de garantia no cumprimento das obrigações, por parte da FPF? Quais?

5. Em que situação se encontra, atualmente a transação?

6. Houve alguma forma de composição, que não o pagamento. Se houve especificar.

3. Pedido de Informação, a ser encaminhado à Prefeitura Municipal de Curitiba, considerando a existência de lei mencionada no processo:

a. O Município de Curitiba doou área, do Patrimônio Público Municipal, destinada à construção do Estádio do Pinheirão?

b. Se positiva a resposta ao item anterior, pergunta-se:

1. Quais as características do imóvel?

2. Qual a lei que autorizou a doação?

3. Existem, na lei, cláusulas condicionantes, que gravam a doação? Quais?

4. Tais cláusulas, se existentes, impunham prazos, além das condições? Os mesmos já expiraram?

5. Se já expiraram os prazos, quais as providências tomadas para o cumprimento da Lei, se esta não foi atendida pela FPF?

6. O Município tem conhecimento de transações, feitas pela FPF com entidades particulares, envolvendo o imóvel destinado à construção do Estádio do Pinheirão?

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 316

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, Requer à Mesa da Assembleia, o encaminhamento, ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, do seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

para que seja respondido na forma do disposto no art. 20, § 2º, da Constituição do Estado do Paraná:

1 - Em que fase encontra-se o Inquérito Policial Militar que investiga as responsabilidades pela violência contra a passeata de professores, acontecida em Curitiba em agosto de 1988?

2 - Qual a conclusão - relatório final - apresentada pelo Cel. José Busnardo de Mello? (Encaminhar cópia).

3 - Quais os motivos que levaram o Comando Geral da PMPR a substituir o Cel. José Busnardo de Mello na condução do IPM?

4 - Quais as justificativas para que um simples Inquérito Policial Militar, instaurado há mais de sete meses, não tenha sido concluído até a presente data e ainda se conceda a dilação de 30 dias no prazo de entrega do relatório final?

5 - Houve uma fundamentação jurídico-legal, de apoio à decisão do Comandante Geral para não aceitar o relatório final apresentado pelo Cel. José Busnardo de Mello? Qual?

6 - Numa ação policial de rua (caso em questão), a responsabilidade dos atos praticados pelos soldados, é do oficial que os comanda, ou é, pessoal, de cada um?

7 - Quais os motivos e a fundamentação legal para a prisão sofrida pelo Cel. Presidente, até o início do ano, do IPM já mencionado?

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 311

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Ofício à FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná, no sentido de que esta instituição providencie os seguintes equipamentos e materiais esportivos para o Colégio Alfredo de Almeida, do Município de Mariluz:

- 1 - Duas tabelas de basquete;
- 2 - dois suportes para vôlei;
- 3 - duas traves para futebol de salão;
- 4 - uma rede para vôlei;
- 5 - uma rede para futebol de salão;
- 6 - quatro bolas de basquete;
- 7 - duas bolas de vôlei;
- 8 - três bolas de handebol;
- 9 - duas bolas de futebol de salão.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de existir a urgente necessidade de se conseguir tais equipamentos e materiais, para que através desta forma, a referida instituição de ensino possa prestar serviço educacional adequada, na área de educação física, aos seus alunos.

Atualmente, o colégio conta com uma infra-estrutura deficiente em vários aspectos, o que não permite o desenvolvimento preciso e necessário, principalmente na área de educação física, à qual prende-se a nossa reivindicação.

Portanto, é necessário que esta instituição a qual se requer, atente para o caso, buscando resolvê-lo no prazo mais breve possível, evitando assim prejuízos à classe estudantil do referido município.

REQUERIMENTO N° 325

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando atendimento às reivindicações em anexo, do Conselho Comunitário de Segurança de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Campo Mourão necessita atualmente de diversas melhorias no setor de segurança pública, visando fornecer à população maior segurança. Essas melhorias estão relacionadas no documento em anexo, firmado pelas mais expressivas lideranças políticas da cidade de Campo Mourão.

REQUERIMENTO N° 324

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Osmar Dias, Digníssimo Secretário Estado da Agricultura, solicitando a ampliação das Microbacias em fase de implantação no Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A implantação do sistema de microbacias nas localidades de Jararaca, Catetos e demais regiões do município de Roncador, vem despertando a atenção e o interesse de diversos agricultores locais não cadastrados no projeto original. Visando dar maior produtividade à agricultura regional, solicitamos a ampliação no número de propriedades atendidas.

REQUERIMENTO N° 322

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando recursos financeiros para a construção de uma creche no Distrito de Alto São João, no Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Os moradores daquela localidade estão reivindicando a construção de uma creche para atendimento de crianças cujos pais necessitam trabalhar. Essa reivindicação foi feita através do Vereador Tomaz Ossak e aprovada em Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Roncador.

REQUERIMENTO N° 323

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de abrigos nas saídas de localidades que dão acesso à rodovia Vassílio Boiko, isto é, de Iretama ao trevo da BR com destino a Cascavel.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A falta de abrigos nas referidas localidades tem causado reclamações de moradores, usuários de ônibus, que, através do Vereador Miguel Pereira passaram a reivindicar a construção dos referidos abrigos.

REQUERIMENTO N° 321

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente à Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando auxílio financeiro à Prefeitura Municipal de Roncador, para a aquisição de um ônibus para transporte de acadêmicos da cidade de Roncador até a Faculdade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Diante da inexistência de faculdade na cidade de Roncador, aproximadamente 50 quilômetros são obrigados a se deslocarem diariamente até a cidade de Campo Mourão para frequentar a faculdade local.

Esses alunos, na sua maioria, não dispõem de recursos financeiros para arcar com despesas de transporte, assim como a Prefeitura Municipal de Roncador não dispõe de todos os recursos necessários à aquisição do referido ônibus.

REQUERIMENTO N° 299

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Alvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná e ao Senhor Jaime Ricardo Paciornik, Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, solicitando providências para a manutenção do transporte escolar da Pré-Escola Nice Braga, de Curitiba.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A mencionada escola, fundada em 28.10.1964, desde sua fundação, primou por fornecer o transporte escolar a seus alunos, beneficiando desta forma inúmeras famílias dos, hoje, sofridos funcionários públicos. Acrescente-se que a Pré-Escola Nice Braga atende hoje uma média de 450 crianças que, embora necessitadas, apresentam ótimo nível de aproveitamento.

REQUERIMENTO N° 300

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Secretária Estadual de Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando a construção de uma escola pública estadual, no Conjunto Residencial Bertogã, na Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 301

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Secretária Estadual de Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando prioridade para a construção de uma escola pública estadual, no bairro denominado Léia Leal, no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 302

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Secretária Estadual de Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando prioridade para a construção de uma escola pública estadual, no conjunto residencial Parigot de Souza, no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 303

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Secretária Estadual de Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando que seja incluída como prioridade a construção de uma escola pública estadual, no Conjunto Residencial Ipanema, na Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 304

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Secretária Estadual de Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando estudos no sentido de se incluir como prioridade a construção de uma escola estadual, no Conjunto Residencial São Silvestre, no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 305

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Secretária Estadual de Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando a construção de uma escola pública estadual, no Jardim Universo.

no Município de Maringá.

O Jardim São Silvestre conta com elevada população de crianças em idade escolar que precisam se deslocar a pontos extremos da cidade para conseguirem uma vaga, inclusive a própria Secretaria da Educação vem efetuando o transporte de escolares até o Colégio João XXIII, que fica completamente fora de mão para pessoas no bairro supra citado.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, e conforme faculta o artigo 35 do Regimento Interno, a constituição da Assembleia em Comissão Geral, no dia 02 de abril de 1989 às 14.30 horas, para apreciar o Projeto de Lei n° 59/89, oriundo de Mensagem Governamental n° 35/89.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO N° 318

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, e conforme faculta o Regimento Interno em seu artigo 35, especificamente a constituição da Assembleia em Comissão Geral, no dia 02 de abril de 1989 às 14.30 horas, para apreciar o Projeto de Lei n° 59/89, oriundo de Mensagem Governamental n° 34/89.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 309

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembleia o encaminhamento do ofício em anexo ao Excelentíssimo Sr. Dr. Oscar Dias Correia, DD. Ministro da Justiça.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 298

Senhor Presidente.

Na forma regimental e após ouvido o Egrégio Plenário, o Deputado que este subscreve, REQUER a transcrição em Ata dos trabalhos de hoje, do artigo publicado no Jornal "Curitiba Hoje", no dia 28 de março de 1989, intitulado "Governador, Corregedor e Censor", de autoria de Osmani de Oliveira, conforme segue:

GOVERNADOR, CORREGEDOR E CENSOR

Mais por entusiasmo do que, propriamente, pela vontade de ferir, disse o Governador do Estado que visitava o Poder Judiciário com o intuito de pedir ao eminente Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça que agilizasse as ações em curso e que fossem do interesse da administração pública.

Como a maioria das ações existentes são contra o Estado, conclui-se que o réu deseja ser julgado logo.

O que resultou dessa afirmação do Chefe do Poder Executivo foi a dedução de que, agora age, também, como Corregedor. A este, na esfera administrativa, é que cabe, em certos casos, a adoção de providências para o rápido andamento dos feitos. Em outras situações pode pronunciar-se, também, o Órgão especial do Tribunal de Justiça.

E para isto estão atentos, sempre, os juizes de primeiro grau e os magistrados de segunda instância.

Não é preciso o titular de um dos Poderes do Estado lhes chamar a atenção, assim, como se fosse uma espécie de interventor do Judiciário ou mesmo se Corregedor.

Tivesse o digno Governador do Estado melhor assessoramento, por certo, não agiria desse modo, pois, a prudência recomendava que fosse discreto desde que, porém, harmônico.

Veja-se como, em matéria de tão grande importância, não anda bem cercado o Governador do Estado.

Dias depois de haver cometido esse equívoco, incidiu em outro: permitiu que fossem publicadas duras críticas a um eminente desembargador, responsável pela concessão de liminar em rumoroso caso e, em seguida, declarou esperar a punição de todos os envolvidos em estrepitoso escândalo, "mesmo que no próprio Judiciário".

Consta que para chegar a essa conclusão levou-se no descumprimento de uma ordem judicial e substituiu mandado expedido por atuação desleal de autoridade policial.

O evento é triste.

A irresignação do Governador do Estado poderia ser demonstrada através dos recursos previstos na lei adjetiva civil e nuna por intermédio do aparato policial.

Desgraçado do povo que não possa confiar nos seus juizes!

O prestígio do Poder Judiciário é dever de cada cidadão e obrigação de todos!

O período revolucionário, neste País, encarregou-se de tentar desmoralizar o Judiciário através de sucessivas cassações políticas, bairrentas ou simplesmente pessoais.

Mas isso foi no passado.

Nada justifica, agora, que na plenitude do regime que se diz democrático, saia um Chefe de Estado a apedrejar a Justiça.

Se um ministro do Supremo Tribunal Federal, - isto para não se falar de um Juiz ou de um Desembargador, - erra, na prestação jurisdicional, podem as partes recorrer e reformar os seus despachos, sentenças ou acórdãos. E isso tudo sem que seja necessário levantar-se contra as suas decisões suspeitas e pretensões.

Errar é humano.

Feliz seria o Governador do Estado se pudesse dizer que acertou sempre e que todos os seus atos sempre foram praticados em respeito à imparcialidade; à eficiência e ao trabalho.

Nada disso.

O digno Chefe do Poder Executivo já cometeu muitos excessos e precisa conter-se, pois, no ritmo em que vai poderá querer tocar fogo em Roma para depois poder dedilhar a sua lira ou quem sabe debruçar-se sobre o Iguazu solfejando uma harpa, assim, como se fosse um anjo, para não se dizer serafim.

E já que se fala em Judiciário desejo prestar homenagem ao eminente Desembargador Zeferino Krukoski. Trata-se de um homem que dedicou toda a sua vida à magistratura. Sempre foi Juiz com "J" maiúsculo. Não chegou ao topo da carreira por cavacões, mas pelo talento próprio, pela competência e pela honestidade. Recentemente foi alvo de comentários por haver concedido liminar em determinado processo. Agiu de acordo com o seu entendimento. E é nesse ponto que reside a independência do magistrado, a qual deve ser não só exaltada como e, principalmente, respeitada.

O Juiz é uma autoridade que, sem dispor da força, contém a força: é um homem que, sem armas, doma o arbítrio das armas, pois o único poder de que dispõe é o poder moral da sua própria conduta.

O eminente Desembargador Zeferino Krukoski, sempre se impôs pela serenidade, pela compreensão.

O elogio que se faz, agora, não visa desaguar-lo, pois, um magistrado da sua estirpe não necessita disto uma vez que, acima de todas as paixões, paira sereno em seu passado, como um exemplo edificante do que é no presente e do qual legará para o futuro".

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 063/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estabelecido o ensino obrigatório de Noções de Primeiros Socorros, em toda a rede estadual de ensino do Paraná, através das disciplinas Ciências (1º Grau) e Biologia (2º Grau), constantes dos respectivos currículos escolares.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.03.89.

(a) ARTAGAO MATTOS LEAO.

JUSTIFICATIVA:

A vida é um bem inalienável. Preservá-la é dever do Estado e dos cidadãos.

O ensino de Noções de Primeiros Socorros, nas disciplinas próprias de 1º e 2º graus, das escolas oficiais do Estado, irá possibilitar o conhecimento teórico básico para atendimento das emergências ao ser humano vitimado, ensejando melhor assegurar as condições vitais até o socorro médico adequado.

Cumpra, assim, o Estado, um de seus princípios fundamentais: o de zelar pela prevalência dos direitos humanos (Art. 4º, II, C.F.), entre os quais sobreleva o direito à preservação da vida.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, e nem para o Grande Expediente, Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDC.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Deputado, o PDC já passou. O Senhor... tudo bem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Seguidamente, tenho denunciado através desta tribuna, o fato de que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado vem extrapolando suas funções, e já cheguei a denominá-lo de "O ditador do Palácio Iguazu".

Os fatos estão se repetindo diariamente, e hoje apresento à apreciação dos meus

companheiros desta Casa, um voto para que seja transcrito na Ata dos trabalhos, o artigo publicado na imprensa hoje, no jornal "Curitiba Hoje", assinado pelo advogado Osmani de Oliveira.

Permito-me ler o artigo.

Título:

GOVERNADOR, CORREGEDOR E CENSOR

Mais por entusiasmo do que, propriamente, pela vontade de ferir, disse o Governador do Estado que visitava o Poder Judiciário com o intuito de pedir ao eminente Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça que agilizasse as ações em curso e que fossem do interesse da administração pública.

Como a maioria das ações existentes são contra o Estado, conclui-se que o réu deseja ser julgado logo.

O que resultou dessa afirmação do Chefe do Poder Executivo foi a dedução de que, agora age, também, como Corregedor. A esse, na esfera administrativa, é que cabe, em certos casos, a adoção de providências para o rápido andamento dos feitos. Em outras situações pode pronunciar-se, também, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça. E para isto estão atentos, sempre, os juizes de primeiro grau e os magistrados de segunda instância. Não é preciso o titular de um dos Poderes do Estado lhes chamar a atenção, assim, como se fosse uma espécie de interventor do Judiciário ou mesmo se Corregedor.

Tivesse o digno Governador do Estado melhor assessoramento, por certo, não agiria desse modo, pois, a prudência recomendava que fosse discreto desde que, porém, harmônico.

Veja-se como, em matéria de tão grande importância, não anda bem cercado o Governador do Estado. Dias depois de haver cometido esse equívoco, incidiu em outro: permitiu que fossem publicadas duras críticas a um eminente desembargador, responsável pela concessão de liminar em ruinoso caso e, em seguida, declarou esperar a punição de todos os envolvidos em estrepitoso escândalo, "mesmo que no próprio Judiciário".

Consta que para chegar a essa conclusão levou-se no descumprimento de uma ordem judicial e substituiu mandado expedido por atuação desleal de autoridade policial.

O evento é triste.

A irresignação do Governador do Estado poderia ser demonstrada através dos recursos previstos na lei adjetiva civil e não por intermédio do aparato policial.

Desgraçado do povo que não possa confiar nos seus juizes!

O prestigiamento do Poder Judiciário é

dever de cada cidadão e obrigação de todos!

O período revolucionário, neste País, encarregou-se de tentar desmoralizar o Judiciário através de sucessivas cassações políticas, bairrentas ou simplesmente pessoais.

Mas isso foi no passado.

Nada justifica, agora, que na plenitude do regime que se diz democrático, saia um Chefe de Estado a apedrejar a Justiça.

Se um ministro do Supremo Tribunal Federal, - isto para não se falar de um Juiz ou de um Desembargador, - erra, na prestação jurisdicional, podem as partes recorrer e reformar os seus despachos, sentenças ou acórdãos. E isso tudo sem que seja necessário levantar-se contra as suas decisões suspeitas e pretensões.

Errar é humano.

Feliz seria o Governador do Estado se pudesse dizer que acertou sempre e que todos os seus atos sempre foram praticados em respeito à imparcialidade; à eficiência e ao trabalho.

Nada disso.

O digno Chefe do Poder Executivo já cometeu muitos excessos e precisa conter-se, pois, no ritmo em que vai poderá querer tocar fogo em Roma para depois poder dedilhar a sua lira ou quem sabe debruçar-se sobre o Iguazu solfejando uma harpa, assim, como se fosse um anjo, para não se dizer serafim.

E já que se fala em Judiciário desejo prestar homenagem ao eminente Desembargador Zeferino Krukoski. Trata-se de um homem que dedicou toda a sua vida à magistratura. Sempre foi Juiz com "J" maiúsculo. Não chegou ao topo da carreira por cavalações, mas pelo talento próprio, pela competência e pela honestidade.

Recentemente foi alvo de comentários por haver concedido liminar em determinado processo. Agiu de acordo com o seu entendimento. E é nesse ponto que reside a independência do magistrado, a qual deve ser não só exaltada como e, principalmente, respeitada.

O Juiz é uma autoridade que, sem dispor da força, contém a força: é um homem que, sem armas, doma o arbítrio das armas, pois o único poder de que dispõe é o poder moral da sua própria conduta.

O eminente Desembargador Zeferino Krukoski, sempre se impôs pela serenidade, pela compreensão.

O elogio que se faz, agora, não visa desgravá-lo, pois, um magistrado da sua estirpe não necessita disto uma vez que, acima de todas as paixões, paira sereno em seu passado, como um exemplo edificante do que é no presente e do qual legará para o futuro".

Senhor Presidente e Senhores Deputa-

dos.

Fato narrado neste artigo do Advogado Osmam de Oliveira, foi por mim comentado nesta tribuna, quando disse do erro do Governador do Estado em colocar em má situação o Poder Judiciário.

O artigo aborda a falta de assessoramento neste particular. Mas, o que esperar de um Governo que tem na comunicação social um homem vinculado ao Partido Comunista.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)-
Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)-
Consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL, se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTN se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

Declina.

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, na qualidade de Líder do PFL, indicando os nomes dos Senhores Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 15/89, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Carlos Antônio de Almeida Ferreira, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná. EM REGIME DE

URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 36/89, de autoria da Deputada Vera Agibert, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná a IRMA FRANCISCA BYBLOW. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 322/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro no Município de Atalaia-Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 131, de 11.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 322/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Antônio Bárbara, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro no Município de Atalaia.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente de plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 31/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a COMUNIDADE DE ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES DE DROGAS - CASA DA COPIOSA REDENÇÃO C.C.R., com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no DA. n° 06, de 08.03.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 031/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Algaci Túlio, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública, a COMUNIDADE DE ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES DE DROGAS - CASA DA COPIOSA REDENÇÃO - C.C.R., com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental, à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela ordem) Senhor Presidente, nós encaminhamos à Mesa desta Assembléia um requerimento pedindo a anexação do projeto de autoria do Deputado Antônio Annibelli, também com relação à mesma entidade e com a mesma finalidade. Só que eu gostaria de fazer o esclarecimento e pedir um pouco mais de atenção à Comissão e à própria Comissão de Legislação e Justiça porque foram dois processos com a mesma finalidade. O meu processo entrou na Casa no dia 5 de março de 1988 e o projeto do Deputado Antônio Annibelli entrou no dia 14 de setembro de 1988. Estranhamente foram dados os pareceres com data anterior ao projeto do Deputado Annibelli e pareceres com data posterior ao meu projeto que deu entrada primeiro. Mas de qualquer maneira nós já conversamos com o Deputado Antônio Annibelli e ele já entendeu a importância da finalidade e que o autor do projeto é o que menos importa. O que importa é reconhecer que esta entidade realmente presta um extraordinário serviço à comunidade curitibana como, de um modo geral, à comunidade paranaense na tentativa, evidentemente de dinamizar um centro de espiritualidade e vivência que visa o acompanhamento de jovens que se propõem ao abandono dos tóxicos.

A finalidade minha, como do Deputado Annibelli é a mesma, apenas um reparo, um registro para que isso não aconteça mais uma vez, porque são dois projetos com a mesma finalidade e o fato de que o meu entrou antes e teve pareceres depois. O do Deputado Annibelli entrou depois e teve pareceres antes.

Apenas esse registro do pedido de anexação.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa registra a sua questão de ordem e coloca em votação o requerimento.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - (Pela Ordem) Eu apenas gostaria de esclarecer ao Plenário que eu fui procurado pelo presidente da associação para que desse entrada nesse projeto. E o fiz com muito presteza acompanhando o projeto e, talvez, por isso ele tenha tido aprovação do seu parecer no meu projeto que entrou posteriormente ao Deputado Algaci Túlio porque talvez eu peguei com mais interesse. Não sei se o Deputado esqueceu do seu projeto nas gavetas ou não

acompanhou na CCJ, mas em homenagem ao Deputado Algaci Túlio que deu entrada em primeiro lugar, eu peço que o requerimento seja apoiado para que o meu projeto seja apensado ao do Deputado Algaci Túlio que é o representante do Município de Tamandaré.

Só que este projeto já poderia ter sido transformado em lei, então abro mão em favor do Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Esta Presidência determina a anexação.

Está em discussão o projeto 31/88. Em votação. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 156/88, de autoria do Deputado PAULINO JOSÉ DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araruna, com sede e foro em Araruna. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no DA n. 54 de 08.06.89)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 156/88

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Paulino José Delazeri, tem a finalidade de declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araruna, com sede e foro na mesma localidade.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 1984, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que se encontra em efetivo exercício junto à comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e entre seus fins tem a promoção do bem estar e ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais e a estimulação de estudos e pesquisas dos problemas destes.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação deste projeto de lei nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do referido plano de lei.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI N. 156/88

P A R E C E R:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido parecer, o presente Projeto de Lei n. 156/88, de autoria do nobre Deputado Paulino José Delazeri, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araruna, com sede e foro em Araruna.

A citada entidade através da documentação anexada ao projeto de lei em tela, principalmente pelo relatório de atividades, vem realmente confirmar haver interesse para o consumidor a sua declaração de Utilidade Pública Estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução n. 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 166/88, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Alto Cajuru, com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA n. 55 de 09.06.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 166/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado EZEQUIAS LOSSO, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Alto Cajuru, com sede nesta capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI N. 166/88

P A R E C E R:

Esta comissão ao analisar a documentação exigida para os devidos fins, para aprovação do projeto de lei do nobre Deputado Ezequias Losso, declarando de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Alto Cajuru, não encontra impedimento para a livre tramitação do projeto, que esteja afeto a esta comissão.

Diante do exposto opino pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88.

(a) PAULO FURIATTI

Presidente

PAULINO JOSÉ DELAZERI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 276/88, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que declara de Utilidade Pública a Comunidade de Assistência aos Dependentes de Drogas - Casa Copiosa Redenção C.C.R., com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA n. 101 de 27.09.88)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 276/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Antônio Anibelli, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Comunidade de Assistência aos Dependentes de Drogas "Casa Copiosa Redenção" - C.C.R. -, com sede e foro em Curitiba.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI N° 276/88

P A R E C E R:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido parecer, o presente Projeto de Lei n. 276/88, de autoria do nobre Deputado Antônio Anibelli, que visa declarar de Utilidade Pública a Comunidade de Assistência aos Dependentes de Drogas - "Casa Copiosa Redenção", em Curitiba.

A citada entidade através da documentação anexada ao projeto de lei em tela, principalmente pelo relatório de atividades, vem realmente confirmar haver interesse para o consumidor a sua declaração de Utilidade Pública Estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução n. 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o parecer favorável, opinando-se pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 321/88, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Palmeirinha, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA n. 121 de 28.11.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 321/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Cândido Bastos, o projeto de lei em discussão tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Palmeirinha, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Encontra-se a matéria em conformidade com as exigências de ordem legal e regimental. No plano legal, pois está a atender todos os requisitos exigidos pela Lei n. 6.994 de 1978, que é a lei que trata da declaração de utilidade pública no âmbito estadual.

No plano regimental, pois de acordo com o artigo 48 do Regimento Interno, cabe à Comissão de Constituição e Justiça, manifestar-se sobre os aspectos constitucionais, jurídico ou legal, "E ela o faz, pronunciando-se favoravelmente pela medida que ora se apresenta, seguindo pois a mesma o seu trâmite normal pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.01.89.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

NEIVO BERALDIN

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.

38/89, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que concede o Título de Cidadão Benemérito ao Dr. FERNANDO CAMPINHA GARCIA CID, pelos relevantes serviços prestados frente a Viação Garcia. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA n. 09, de 16.03.89).

Sobre a mesa requerimento de n. 306, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 314, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignon, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 320, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, com apoio dos Senhores Deputados Werner Wanderer, Antônio Costenaro Neto e João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 297, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 312, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 319, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 317, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 318, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Em discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n. 299, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 298, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 300, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 301, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante

do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 302, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 303, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 304, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 305, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 308, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 309, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 310, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 311, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 315, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 326, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 321, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 322, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 323, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 324, de autoria da Senhora Deputada, Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 325, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 316, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)
Alia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

O SR. CANDIDO BASTOS - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu reitero solicitação feita em sessão anterior e peço informação à Mesa se as bancadas, se as Lideranças de Bancadas já fizeram as indicações de todos os Senhores Deputados para comporem as Comissões Permanentes desta Casa, porquanto estão diversos projetos paralisados que não podem ser analisados pelas respectivas Comissões porque ainda, em nosso modo de entender, as Bancadas, as Lideranças de Bancadas ainda não fizeram as indicações.
Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem).

Eu pedi à Assessoria Legislativa da Casa quanto ao Projeto de Lei n. 38/89 onde se lê: de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti que concede o Título de Cidadão Benemérito ao Dr. Fernando Campinha Garcia, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná e não relevantes serviços prestados à Viação Garcia.

O Dr. Fernando Garcia representa hoje uma família, a qual Vossa Excelência conhece, que fundou a Viação Garcia no Estado do Paraná. Amassou barro, quando não existia o Paraná, estava começando a nascer, nascia também a Viação Garcia que é a quarta maior empresa de transportes hoje no Brasil e está chegando a ser a terceira maior empresa de transportes do Brasil.

E nada mais do que o Governo do Paraná e este Poder Legislativo, prestar, através do Dr. Fernando Garcia, uma homenagem à família Garcia que hoje representa, Senhor Presidente, a quarta maior empresa de transporte da Nação brasileira. E isso para o Paraná, Senhor Presidente, é motivo de orgulho, de satisfação, de saber que o Paraná tem a quarta maior empresa de transportes deste país.

Então, eu pediria a Vossa Excelência, já pedi à Assessoria Legislativa desta Casa que mudasse amanhã "pelos relevantes serviços prestados ao Paraná, não à Viação Garcia e sim ao Estado do Paraná.

O Dr. Fernando Garcia Cid, dirigindo essa quarta maior empresa de transporte está, não resta a menor dívida, prestando relevantes serviços ao Estado do Paraná. Gostaria que fosse feita uma modificação.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)

Esta Presidência defere o seu pedido e fará as devidas correções.

Esta Presidência informa um convite feito pelo Deputado Djalma de Almeida César, Presidente da Comissão de Organização do Estado e Municípios, que convida para a presença dos Senhores Deputados na Sala das Comissões, onde o Secretário da Administração, Deputado Mário Pereira, estará dando algumas informações.

Antes de levantar a sessão, esta Presidência cumprimenta o Deputado Dirceu Manfrinato por estar fazendo mais um ano de vida, desejando-lhe muita saúde e muita proteção de Deus.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 322/87, 31, 156, 166, 321 e 38/88.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 173, 186, 189, 191, 220/88 e 59/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EDMAR LUIZ COSTA, EM SESSÃO DO DIA 28 DE MARÇO DE 1989.

GOVERNADOR, CORREGEDOR E CENSOR

Osmann de Oliveira.

Mais por entusiasmo do que, propriamente, pela vontade de ferir, disse o Governador do Estado que visitava o Poder Judiciário com o intuito de pedir ao eminente Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça que agilizasse as ações em curso e que fossem do interesse da administração pública.

Como a maioria das ações existentes são contra o Estado, conclui-se que o réu deseja ser julgado logo.

O que resultou dessa afirmação do Chefe do Poder Executivo foi a dedução de que, agora age, também, como Corregedor. A este, na esfera administrativa, é que cabe, em certos casos, a adoção de providências para o rápido andamento dos feitos. Em outras situações pode pronunciar-se, também, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça. E para isto estão atentos, sempre, os juizes de primeiro grau e os magistrados de segunda instância. Não é preciso que o titular de um dos Poderes do Estado lhes chamar a atenção, assim, como se fosse uma espécie de interventor do Ju-

diciário ou mesmo se Corregedor.

Tivesse o digno Governador do Estado melhor assessoramento, por certo, não agiria desse modo, pois, a prudência recomendava que fosse discreto desde que, porém, harmônico.

Veja-se como, em matéria de tão grande importância, não anda bem cercado o Governador do Estado. Dias depois de haver cometido esse equívoco, incidiu em outro: permitiu que fossem publicadas duras críticas a um eminente desembargador, responsável pela concessão de liminar em ruinoso caso e, em seguida, declarou esperar a punição de todos os envolvidos em estrapitoso escândalo, "mesmo que no próprio Judiciário".

Consta que para chegar a essa conclusão levou-se no descumprimento de uma ordem judicial e substituiu mandado expedido por atuação deselegante de autoridade policial.

O evento é triste.

A irresignação do Governador do Estado poderia ser demonstrada através dos recursos previstos na lei adjetiva civil e nunca por intermédio do aparato policial.

Desgraçado do povo que não possa confiar nos seus juizes!

O prestigiamento do Poder Judiciário é dever de cada cidadão e obrigação de todos!

O período revolucionário, neste País, encarregou-se de tentar desmoralizar o Judiciário através de sucessivas cassações políticas, bairrentas ou simplesmente pessoais.

Mas isso foi no passado.

Nada justifica, agora, que na plenitude do regime que se diz democrático, saia um Chefe de Estado a apedrejar a Justiça.

Se um ministro do Supremo Tribunal Federal, - isto para não se falar de um Juiz ou de um Desembargador, - erra, na prestação jurisdicional, podem as partes recorrer e reformar os seus despachos, sentenças ou acórdãos. E isso tudo sem que seja necessário levantar-se contra as suas decisões suspeitas e pretensões.

Errar é humano.

Feliz seria o Governador do Estado se pudesse dizer que acertou sempre e que todos os seus atos sempre foram praticados em respeito à imparcialidade; à eficiência e ao trabalho.

Nada disso.

O digno Chefe do Poder Executivo já cometeu muitos excessos e precisa conter-se, pois, no ritmo em que vai poderá querer tocar fogo em Roma para depois poder dedilhar a sua lira ou quem sabe debruçar-se sobre o Iguazu solfejando uma harpa, assim, como se fosse um anjo, para não se dizer serafim.

E já que se fala em Judiciário desejo

prestar homenagem ao eminente Desembargador Zeferino Krukoski. Trata-se de um homem que dedicou toda a sua vida à magistratura. Sempre foi Juiz com "j" maiúsculo. Não chegou ao topo da carreira por cavacões, mas pelo talento próprio, pela competência e pela honestidade. Recentemente foi alvo de comentários por haver concedido liminar em determinado processo. Agiu de acordo com o seu entendimento. E é nesse ponto que reside a independência do magistrado, a qual deve ser não só exaltada como e, principalmente, respeitada.

O Juiz é uma autoridade que, sem dis-

por da força, contém a força: é um homem que, sem armas, doma o arbítrio das armas, pois o único poder de que dispõe é o poder moral da sua própria conduta.

O eminente Desembargador Zeferino Krukoski, sempre se impôs pela serenidade, pela compreensão.

O elogio que se faz, agora, não visa desaguará-lo, pois, um magistrado da sua estirpe não necessita disto uma vez que, acima de todas as paixões, paira sereno em seu passado, como um exemplo edificante do que é no presente e do qual legará para o futuro".

BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1988.

A T I V O		P A S S I V O	
CIRCULANTE		PATRIMONIO	
DISPONIVEL		PATRIMONIO LIQUIDO	
Bco.do Estado do Paraná-C/C...	25.782,78	Saldo em 31.12.87.....	162.793.307,51
Bco.Bamerindus do Brasil-C/C...	99,51	Do Exercício.....	1.357.051.142,26
Bco.do Est. do Pr. Poup.....	608.788.116,29		
Bco.Bamerindus-Poupança	793.356.684,89		
Valores Mobiliários.....	79.623.513,04		
Empréstimos concedidos.....	38.050.223,16		
			1.519.844.449,77
PERMANENTE			
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios	30,10		
TOTAL DO ATIVO.....	1.519.844.449,77	TOTAL DO PASSIVO.....	1.519.844.449,77
WERNER WANDERER Tesorreiro		ARTACAO MATTOS LEO Presidente	VICENTE P.RODACKI Contador CRC-PR 6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR- FEPPA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO DE 1988

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
Renda de Contribuição.....	106.021.643,68	Despesas de Custeio...	152.908.722,43
Renda de Títulos.....	1.291.711.591,72	Resultado Patrimonial	
Juros de Empréstimos.....	20.712.217,79	do Exercício.....	1.357.051.142,26
Outras Receitas.....	33.068.584,50		
Contribuições Lei 7771/83	58.445.827,00		
TOTAL	1.509.959.864,69	TOTAL	1.509.959.864,69

WERNER WANDERER
Tesoureiro

ARTAGÃO MATTOS LEAO
Presidente

VICENTE P. RODACKI
Contador CRC-PR 6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE RESULTADO
EXERCÍCIO DE 1988

DÉBITO		CRÉDITO	
Materiais de Consumo.....	56.471,43	Renda de Títulos...	1.291.711.591,72
Serviços de Terceiros.....	2.122.940,00	Renda de Contrib....	106.021.643,68
Inativos.....	150.660.925,00	Juros s/Emprést.....	20.712.217,79
Seguros.....	68.386,00	Outras Receitas.....	33.068.584,50
		Contrib. Lei. 7771...	58.445.827,00
	152.908.722,43		
Patrimônio Líquido....	1.357.051.142,26		1.509.959.864,69
TOTAL	1.509.959.864,69	TOTAL.....	1.509.959.864,69

WERNER WANDERER
Tesoureiro

ARTAGÃO MATTOS LEAO
Presidente

VICENTE P. RODACKI
Contador CRC-PR 6635